

## O perfil das rádios comunitárias do Piauí<sup>1</sup>

**Margella Mayla Barros FURTADO<sup>2</sup>**

UESPI – Universidade Estadual do Piauí – campus Pirajá (Teresina – PI)

**Orlando Maurício de Carvalho BERTI<sup>3</sup>**

UESPI – Universidade Estadual do Piauí – campus Pirajá (Teresina – PI)

### Resumo

O artigo perfila as rádios comunitárias do Piauí tendo-se como marco teórico 2017 e 2018. É feito um levantamento quantitativo e qualitativo traçando quem são, onde estão e quais as atividades comunitárias das mais de 400 emissoras de rádio comunitárias existentes no Piauí, 9ª maior unidade federativa do Brasil em extensão territorial, com quase de 3.300.000 de habitantes, distribuídos em 224 municípios. Objetivou-se levantar, perfilar, entender e discutir a atuação dessas emissoras. Fez-se um trabalho teórico sobre rádios comunitárias em si, partiu-se para o levantamento de dados por meio de pesquisa de campo, realizada remotamente, para chegar-se às conclusões do trabalho, que é de um Piauí, provavelmente um Brasil todo, de FMs comunitárias múltiplas, diferenciais, paradoxais em alguns fatos e casos e que necessitam de maior atenção estatal devido suas importâncias regionais e locais.

**Palavras-chave:** Comunicação; comunicação social; rádio; rádio comunitária; Piauí.

### Introdução

Um dos primeiros questionamentos que nos é feito é sobre o que realmente é uma rádio comunitária. Ao mesmo tempo é difícil, mas também é bem fácil, falar o que é uma emissora radiofônica que opera sob a nomenclatura de comunitária. Esse questionamento nos leva a dizer que uma rádio comunitária é um canal, via ondas

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na IJ07 – Comunicação, Espaço e Cidadania – XV Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Esta pesquisa foi a primeira colocada na categoria Ciências Sociais Aplicadas no XIV Seminário de Iniciação Científica da UESPI – Universidade Estadual do Piauí.

<sup>2</sup> Acadêmica do 8º Período do curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo e Relações Públicas – da UESPI (Universidade Estadual do Piauí), campus Poeta Torquato Neto (Pirajá), em Teresina (PI). Bolsista de Iniciação Científica no PIBIC/UESPI. Membro do Grupo de Pesquisa em Comunicação Alternativa, Comunitária, Popular e Tecnologias Sociais da UESPI. E-mail: [margella10@outlook.com](mailto:margella10@outlook.com)

<sup>3</sup> Pós-doutor em Comunicação, Região e Cidadania pela UMESP – Universidade Metodista de São Paulo. Doutor em Comunicação Social pela UMESP, com estágio doutoral na Universidad de Málaga (Espanha). Mestre em Comunicação Social pela UMESP. Especialista em Comunicação Institucional pela UFPI – Universidade Federal do Piauí. Especialista em Docência Superior pela FSA – Faculdade Santo Agostinho. Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo – pela UFPI. Professor, pesquisador, extensionista e diretor de Relações Internacionais da UESPI – Universidade Estadual do Piauí. Líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação Alternativa, Comunitária, Popular e Tecnologias Sociais da UESPI. E-mails: [orlandoberti@yahoo.com.br](mailto:orlandoberti@yahoo.com.br) ou [berti@uespi.br](mailto:berti@uespi.br). Orientador deste trabalho e da pesquisa de Iniciação Científica.

---

sonoras, na, da e para as comunidades (BERTI, 2009, 2014, 2017b). Esse conceito leva a compreender a realidade e curiosidade sobre o papel das rádios comunitárias no Piauí, principalmente cumprindo um dos papéis dos estudos universitários que também é oferecer respostas e reflexões práticas à sociedade.

Justifica-se o território piauiense devido nossa ligação com o estado. O autor é de nascimento, atuação, estudos e ação no Piauí. A autora é de adoção, atuação, estudos e ação no Piauí. Por que não conciliar tudo isso com o interesse pelas rádios comunitárias, os meios, ao menos em termos de presença, de maior quantidade e distribuição nos seus 251.616,823 quilômetros quadrados, com 224 municípios e população estimada em 3.264.531 pessoas (IBGE, 2019). Essa oportunidade foi sedimentada com aprovação de bolsa de pesquisa de iniciação científica pela UESPI – Universidade Estadual do Piauí – no ano de 2017 para a feitura deste trabalho, terminando no ano de 2018. A referida pesquisa terminou sendo premiada em 1º Lugar no Seminário de Iniciação Científica da instituição no ano de 2018.

Procurou-se também oferecer ao próprio movimento de rádios comunitárias, historicamente parceiro das ações de pesquisa e atuação da Universidade Estadual do Piauí, respostas às questões de em que perspectivas contemporaneamente atuam as rádios comunitárias do Piauí?

Inicialmente o objetivo da pesquisa era formar um perfil concreto de como são as rádios comunitárias no Piauí (destacando-se como objetivo geral), porém a partir dos resultados obtidos no decorrer da pesquisa o objetivo inicial será de mostrar como é o processo de instalação das rádios comunitárias no estado, além de mostrar a precariedade da burocratização no processo da outorga para ser dado a um meio de comunicação desse porte, continua sim com o papel de falar da programação dos respectivos meios e saber se atendem ao caráter comunitário estabelecido no início da pesquisa, porém dando prioridade às histórias e relatos de quem se dedica e trabalha há anos com rádio comunitária no Piauí.

Outro objetivo inicial, já na interface da caracterização como objetivo específico (e assim por diante) desta pesquisa era de construir um perfil das rádios comunitárias para que assim fosse possível entender as faces e interfaces delas em território piauiense. Além de construir um banco de dados que pudesse ajudar no sentido de políticas de comunicação e de pesquisa sobre rádios comunitárias, atualmente ainda inexistente no estado, entretanto, no decorrer da pesquisa foram encontrados diversos

---

meios em que os responsáveis preferiam não falar, principalmente os que não tinham a outorga para atuar. Esse autossilenciamento é até compreensível sob o ponto de que as emissoras não legalizadas, infelizmente a maioria, no Piauí temem quaisquer contatos com órgãos e pessoas que não são dos seus ciclos. Temem que os contatos sejam fiscalizações e, conseqüentemente, atividades para fechamento de suas emissoras.

Por isso, os dados obtidos e mencionados aqui são apenas a ponta do iceberg para mais pesquisas e maior aprofundamento no assunto. Isso não nos impede de falar e descrever os resultados obtidos e começar um perfil das rádios comunitárias para entender e refletir o papel das mesmas no estado.

Como metas específicas da pesquisa tem-se de avançar nos estudos sobre rádio comunitária no estado, aumentar os dados quantitativos sobre a presença de rádios comunitárias no Piauí e sistematizar dados sobre emissoras de rádios comunitárias que possam ajudar na construção de bancos de dados.

Ao longo da pesquisa são trazidos resultados obtidos em termos de marco temporal entre o final de agosto de 2017 ao meio de julho de 2018.

O trabalho foi dividido em três partes, a primeira de construção e reformulação teórica para construção de fundamentação sobre a temática. A segunda de construção de dados, onde foi feito o levantamento dos 224 municípios do Piauí através de contatos nas plataformas virtuais de possíveis rádios comunitárias e comunicadores que informaram a existência ou não das emissoras. Em cada contato estabelecido foi feita uma planilha onde contém dados básicos como nome da rádio, endereço, endereço virtual, e-mails, telefones, frequência e tempo de existência, ela é o cerne da pesquisa, pois além de proporcionar dados importantes sobre as rádios comunitárias no estado, também contém relatos importantes que serviram como base para formar o conteúdo da pesquisa no quesito perfil. A terceira fase e mais importante foi a sistematização dos dados, dos 224 municípios, onde 70 cidades deram um retorno ao contato prévio, através de ligações, e-mails ou mensagens via Whatsapp. Dessas, foram confirmadas a presença de 37 rádios comunitárias legalizadas ou não, as outras cidades não retornaram ao contato. Ainda durante a pesquisa foi colhido dados com a Associação de Rádios Comunitárias Piauiense, onde foi possível fazer um comparativo com base nos dados colhidos.

Os objetivos não foram totalmente alcançados quando o quesito é a catalogação do número de cidades que possuem ou não rádios comunitárias, o número foi menor do

que o esperado devido a demora e falta de retorno por parte de alguns correspondentes dos municípios ou até mesmo os próprios responsáveis pelas rádios, porém fez-se o perfil mediante as emissoras que os responsáveis aceitaram colaborar com o fornecimento de dados.

## **1 – Entender as rádios comunitárias, um ponto necessário à construção da cidadania**

As rádios comunitárias são uma das categorias de emissoras de mídia sonora, numericamente se comparadas às comerciais e às público-estatais, contemporaneamente em maior quantidade.

Em termos de funcionamento e emissão de sinais, as emissoras comunitárias são iguais a qualquer outra rádio. Operam em Frequência Modulada (FM) estão presentes em praticamente todas as regiões do Brasil. As primeiras legalizações de emissoras que utilizam e se assumem como comunitárias só ocorreram há pouco mais de dez anos com a implantação da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, mais conhecida como Lei das Rádios Comunitárias.

José Ignacio López Vigil (2003, p.495), um dos líderes da Associação Mundial de Rádios Comunitárias, e estudioso do assunto, destaca que o termo rádio comunitária é apenas uma das formas de se chamar mundialmente essas emissoras de rádio, visto que em outros países também são conhecidas como rádios livres, rádios rurais, educativas, populares, participativas, indígenas, públicas e associativas

No Brasil, o movimento de rádios comunitárias e rádios livres é muito mais antigo que a lei e de que os próprios momentos de pensar-se em um dispositivo legal tratar sobre as mesmas. A legislação foi uma consequência histórica desse movimento em uma série de lugares e de milhares de embates Brasil afora para garantir o direito de transmitir radiofonicamente o que ocorria em comunidades e localidades, geralmente não assistidas ou não representadas pelos meios de comunicação convencionais.

Desde o início (ainda no século XVIII), a imprensa brasileira, como destaca Nelson Werneck Sodré (1999) está ligada ao poder e por quase um século e meio teve representatividade quase que totalmente exclusiva dos poderosos da época, geralmente divididos em duas vertentes.

A Lei 9.612/98 estabelece que um serviço de Radiodifusão Comunitária no Brasil tem como finalidade o atendimento à comunidade como prioridade, dar

---

oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade. No decorrer da pesquisa, no entanto, veremos que é mais que possível perceber alguns pontos salutares como o desaparecimento de várias rádios nos últimos anos no Piauí pela falta de apoio de colaboradores que serão mostrados aqui como “padrinhos políticos”.

Segundo o MCTIC – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÕES (2017), que regulamenta as rádios comunitárias no Brasil, esse tipo de emissora é regida pela Lei 9.612, de fevereiro de 1998, que criou o serviço de radiodifusão comunitária pelo Decreto número 2.615, também de 1998.

No âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o Serviço de Radiodifusão Comunitário tem como norma a Portaria nº. 4334/2015 (Norma 1/2015), que traz todas as regras sobre como serão processados os pedidos de outorga e, igualmente, como o Serviço deverá ser prestado (MCTIC, 2017).

A Lei (BRASIL, 2018) destaca que o Serviço de Radiodifusão Comunitária opera em radiodifusão sonora e em FM (frequência modulada), “em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço”. Esse ponto da legislação engessa muito o trabalho de abrangência regional das rádios comunitárias, muitas delas o único meio de comunicação local em centenas de quilômetros de raio.

Passados mais de vinte e um anos de sua promulgação, ela continua sem ser aceita por parte do movimento de rádios comunitárias, principalmente, por trazer uma série de limites para o funcionamento dessas emissoras.

Ainda na mesma lei no artigo onze estabelece que a entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais. O que nem sempre foi feito no estado.

Muitas comunidades não conseguem ser abrangidas por suas rádios comunitárias, mesmo elas sendo legalizadas. Apesar de não haver estatísticas precisas, geralmente as comunidades mais carentes são as menos beneficiadas pelas emissoras comunitárias legalizadas; um paradoxo gigantesco sobre a presença desses meios no território brasileiro.

---

Destaca-se que, na maioria das vezes, a política de pouca distribuição de emissoras nos locais que mais precisam das mesmas, não é culpa do movimento, mas das próprias legislações no Brasil. Grupos mais organizados e, muitas vezes, mais bem assessorados por políticos e igrejas, ganham mais facilmente os canais. Encontra-se facilmente na Internet e em listas de discussão sobre rádios comunitárias, empresas de consultoria que dizem diminuir o tempo e a burocracia para a legalização de uma emissora. Em muitos casos, esses escritórios, que não são ilegais, são formados por ex-funcionários de órgãos federais que trabalham com legalização de rádios comunitárias.

O Plano Nacional de Outorgas, de 2016, tenta colocar ao menos uma rádio comunitária para cada um dos municípios brasileiros. O que se nota em muitos casos é que várias cidades abrangidas terminam sendo contempladas com as emissoras e muitas delas caem nas mãos de grupos político-partidários que, muitas vezes, sequer colocam as emissoras para funcionar ou as põem nas mãos de grupos religiosos ou políticos, descaracterizando as possibilidades coletivas das emissoras e as desconfigurando em sua própria essência legal.

Um dos pontos gerais é que, enquanto há essas quatro mil emissoras legalizadas, outras 25.000 não gozam do mesmo status. Esse número, em termos gerais, é grandioso, pois são milhares de rádios. Comparando-se com outros países do Mundo, ter milhares de emissoras de rádio é muito maior do que todos os seus meios de comunicação.

Leve-se em conta que o Brasil é o quinto maior país do planeta, bem como tem áreas, em todas as partes do seu território, ainda sem nenhum meio radiofônico, notadamente para pensar e agir pelas questões locais e regionais.

Se também levarmos em conta a quantidade das que ainda não foram legalizadas, correspondendo a um número, no mínimo, sete vezes maior sobre a quantidade das autorizadas a funcionar, vemos que o Brasil ainda está aquém da própria responsabilidade de realmente valorizar à fundo o movimento das rádios comunitárias e o importante trabalho que esses meios de comunicação fazem para boa parte do País, notadamente para rincões historicamente alijados das coberturas midiáticas realmente sociais.

É notório que a história dessas emissoras não é restrita apenas ao período de legalização, mas a Lei 9.612 é um marco no contexto comunicacional comunitário radiofônico brasileiro.

Repete-se que ela é importante para dar um caminho inicial ao movimento, mas

seu status de praticamente ser uma camisa de força, termina inviabilizando muito das lutas contemporâneas, inclusive para tentar refletir o que realmente é uma comunidade. Lembrando-se que leva-se em conta os conceitos de comunicação comunitária, sendo o que é feito nas, das e paras as comunidades.

Pontua-se a evolução a partir de todos os esforços feitos para garantir uma lei que amparasse o movimento de rádios comunitárias no Brasil e tudo o que foi feito a partir desse marco, mas é fato que a comunidade mudou, não só em seu conceito acadêmico, mas da própria inserção social do que seja comunidade.

Costumamos exemplificar que, por exemplo, no município de São Paulo temos um jornal de bairro, na região do Ipiranga (na zona Sul), com mais de 60.000 exemplares por edição. Ou seja, um jornal que gaba-se de ser comunitário. Enquanto isso, em mais da metade dos estados do Brasil os jornais de circulação estadual não chegam nem à metade dessa tiragem.

Também vemos que há rádios comunitárias, em determinadas cidades e regiões brasileiras, que têm muito mais audiência do que a própria Rede Globo de Televisão (pertencente ao mais poderoso conglomerado comunicacional do País e ainda líder de audiência). Por isso, uma das respostas contemporâneas à própria comunicação comunitária, incluindo-se a radiofônica, é a questão do pertencimento.

Alain Bardin (2001) trata muito bem desse ponto ao destacar que o pertencimento é importante para a comunicação comunitária a partir do quanto os sujeitos, mesmo não estando geograficamente próximos, se sentem pertencentes àquelas comunidades. E os meios de comunicação, notadamente os comunitários, ajudam a esse pertencimento. Defendemos também, o poderio das rádios comunitárias entremeio a esses processos sociais.

Por mais restritiva que a lei seja, ela deu a garantia a emissoras, que lutavam desde a década de 1970, a terem suas vozes reconhecidas. Em boa parte das duas décadas que antecederam a Lei de legalização das emissoras no Brasil, notou-se que houve muita perseguição, com prisões, destruição de equipamentos e várias ações judiciais contra membros e operadores do movimento de rádios comunitárias.

É nítido que os impedimentos de frequência, bem como de alcance, prejudicam o trabalho de milhares de rádios comunitárias brasileiras, já que muitas dessas rádios terminam sendo o único meio, em dezenas (e às vezes centenas) de quilômetros de distância. São os únicos meios de comunicação realmente a atingir determinadas



parcelas da população, geralmente as mais socialmente vulneráveis.

## 2 – As rádios comunitárias do Piauí

O Piauí se fosse um país seria o 41º maior do Mundo. Ou seja, somente o território piauiense é maior do que a área de mais de três quartos de todos os países do Mundo. O estado, que é habitado em todas as suas sub-regiões, precisa se comunicar em termos mediáticos, tanto de dentro para fora, quanto de fora para dentro e, principalmente, de dentro para dentro. Pois é no seio do seu dia a dia que ocorrerem as principais sociabilidades.

É nesse contexto que entra a importância das rádios comunitárias.

É difícil falar qual a quantidade exata do número de emissoras radiofônicas comunitárias no Piauí, visto que as encontramos em três status. O primeiro deles, o número de emissoras legalizadas. Até o fechamento deste trabalho (no final de junho de 2019) estavam aptas a funcionar no Piauí 87 rádios comunitárias (ANATEL, 2019). Há ainda um segundo grupo, que, calcula-se ser o dobro do primeiro, é de rádios que tentam sua legalização, algumas delas há mais de um século. O terceiro grupo é de emissoras que funcionam não legalizadas e não pretendem se legalizar dado o fato da burocracia contemporânea. Esse número, calcula-se no Piauí ser entre 100 e 200 emissoras.

Os números são difíceis de serem conseguidos porque praticamente todos os dias abre-se uma nova emissora no estado e, às vezes, também fecha-se. Algumas delas, notadamente as não legalizadas, funcionam em períodos e horários específicos.

Um dos grandes desafios, principalmente metodológico, é ter esses dados o mais próximo da realidade. Enquanto isso apresentamos o quadro a seguir:

**QUADRO 1 – LISTA DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS LEGALIZADAS DO PIAUÍ**

<b>NOME DA INSTITUIÇÃO DETENTORA DA LEGALIZAÇÃO</b>	<b>CIDADE PIAUIENSE</b>
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO, CULTURAL, ESPORTE E LAZER DE ALAGOINHA DO PIAUÍ	Alagoinha do Piauí
FUNDAÇÃO MARICA SARAIVA	Alto Longá
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE NOTÍCIAS E RADIODIFUSÃO DE ALTOS	Altos
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AMIGOS DE ALVORADA DO GURGUÉIA	Alvorada do Gurguéia
FUNDAÇÃO ÁLVARO PRESTES	Amarante
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO DE ANGICAL DO PIAUÍ – ADECOMUNA	Angical do Piauí



ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA REGIONAL FM	Anísio de Abreu
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE AROAZES – ASCOMAR	Aroazes
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA CULTURA FM DE AVELINO LOPES – PIAUÍ	Avelino Lopes
ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CULTURA FM	Baixa Grande do Ribeiro
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E CULTURAL DO POVOADO TRÊS CAMINHOS – ADCT	Barras
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DO POVOADO BELA VISTA	Batalha
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE BELA VISTA DO PIAUÍ	Bela Vista do Piauí
FUNDAÇÃO PEDRO COELHO DE RESENDE	Boa Hora
FUNDAÇÃO ROSA LEAL	Bocaina
RÁDIO COMUNITÁRIA BOM JESUS FM – ASBOM – AÇÃO SOCIAL	Bom Jesus
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIODIFUSÃO DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ	Bom Princípio do Piauí
FUNDAÇÃO DEOCLÉCIO MENDES DO AMARAL	Brasileira
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CABECEIRAS	Cabeceiras do Piauí
FUNDAÇÃO ECOLÓGICA DE CAJUEIRO DA PRAIA	Cajueiro da Praia
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL, EDUCACIONAL DE COMUNICAÇÃO E RADIODIFUSÃO DE CANTO DO BURITI	Canto do Buriti
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DE CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA – A CRACGEO	Capitão Gervásio Oliveira
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E MORADORES DO BAIRRO COMANDANTE JOSÉ DIAS	Caracol
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DE CARIDADE DO PIAUÍ	Caridade do Piauí
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CASTELO DO PIAUÍ – ADCC	Castelo do Piauí
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS E PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE	Caxingó
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO ALTERNATIVA DE COCAL	Cocal
FUNDAÇÃO BENEFICENTE EDUCATIVA E CULTURAL DE AMPARO À SAÚDE ANTÔNIO CONSTÂNCIO DA SILVA	Colônia do Gurguéia
ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE CONCEIÇÃO DO CANINDÉ	Conceição do Canindé
FUNDAÇÃO ALÍRIO GUERRA DE MACÊDO	Curimatá
CENTRO JOVEM DE AÇÃO COMUNITÁRIA – CEJAC	Curralinhos
ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE DOM EXPEDITO LOPES DO PIAUÍ (ACCD – DEL)	Dom Expedito Lopes
ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE ELESBÃO VELOSO	Elesbão Veloso
CENTRO BENEFICENTE DE COMBATE A TUBERCULOSE E MALÁRIA DE ESPERANTINA	Esperantina
ASSOCIAÇÃO UNIÃO DAS MULHERES FLORIANENSES – AUMF	Floriano
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE GUADALUPE – ACCG	Guadalupe
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL MORRO BRANCO	Ilha Grande
FUNDAÇÃO CULTURAL ENÉAS CARVALHO	Ipiranga do Piauí
ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE ITAINÓPOLIS – ACCI	Itainópolis
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO BOAS NOVAS	Itaueira
ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE JOSÉ DE	José de Freitas

FREITAS	
FUNDAÇÃO CIDADANIA	José de Freitas
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E RÁDIO COMUNITÁRIA DE JUAZEIRO DO PIAUÍ – ADECORAJ	Juazeiro do Piauí
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO FM CIDADE LIVRE DE LAGOA DO SÃO FRANCISCO – PI	Lagoa de São Francisco
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ	Lagoa do Barro do Piauí
ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE LAGOA DO SÍTIO	Lagoa do Sítio
FUNDAÇÃO BENILDE VASCONCELOS MOREIRA	Manoel Emídio
ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA DENOMINADA ALFA FM	Marcos Parente
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ANGICAL	Massapê do Piauí
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA REGIÃO DOS COCAIS DO PIAUÍ – ACOMCAPI	Matias Olímpio
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO ALTERNATIVA DE MIGUEL ALVES	Miguel Alves
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNICAÇÃO E CULTURA DE MONSENHOR GIL	Monsenhor Gil
FUNDAÇÃO LUIS RIBEIRO DA SILVA	Monsenhor Gil
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ	Morro do Chapéu do Piauí
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PIÇARRA NOVA	Nazaré do Piauí
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO LIBERDADE FM	Oeiras
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA RIACHO DO CADOZ	Palmeirais
RÁDIO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA FM	Parnaíba
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE PEDRO II	Pedro II
FUNDAÇÃO SENADOR WALDEMAR DE MOURA SANTOS	Picos
ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA DE PIMENTEIRAS – PI	Pimenteiras
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE CAJAZEIRAS	Pio IX
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIO ATIVA FM	Piracuruca
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DO ASSENTAMENTO DAS MULHERES ORGANIZADAS	Piripiri
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE PIRIPIRI – ASCORAPI	Piripiri
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE PORTO	Porto
ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE QUEIMADA NOVA – PI	Queimada Nova
ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA REDENÇÃO FM	Redenção do Gurguéia
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E CULTURAL DE REGENERAÇÃO – PI – ADERE	Regeneração
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO ASSOCIADAS FM DA CIDADE DE SANTA FILOMENA	Santa Filomena
ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE SÃO FÉLIX DO PIAUÍ	São Félix do Piauí
ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ – PI	São Francisco de Assis do Piauí
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CANABRAVENSE DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO CULTURAL – ACCADESC	São João da Canabrava
ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA BOM CONSELHO	São João da Fronteira
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ	São João do Piauí
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A CULTURA DE SÃO JOSÉ DO PEIXE	São José do Peixe
FUNDAÇÃO PAULO BEZERRA DE SOUSA	São José do Piauí
ASSOCIAÇÃO SAO JULIÃOENSE DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO CULTURA E TURISMO	São Julião
FUNDAÇÃO MOURA BARROS	São Luís do Piauí

NÚCLEO DE DEFESA E APOIO COMUNITÁRIO DE SIMÕES – NUCOM	Simões
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA DE SUSSUAPARA	Sussuapara
FUNDAÇÃO ANTONINO SILVEIRA REIS	Teresina
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE BARRO DURO	Teresina
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DE PIO IX	Teresina
ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	União
FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO VALENCIANA – FUNCRAVA	Valença do Piauí
ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DE VILA NOVA DO PIAUÍ	Vila Nova do Piauí

**FONTE: ANATEL (2019) COM ORGANIZAÇÃO DE DADOS DOS AUTORES DESTE TRABALHO.**

### **3 – Por dentro do perfil das rádios comunitárias do Piauí**

Falar de rádio comunitária é tratar também de comunicação comunitária. Pois é a comunidade o cerne dos próprios processos comunicacionais das rádios comunitárias. Cicilia Peruzzo (1998) já dizia desde o século passado que a comunicação comunitária que vem sendo gerida quando o assunto é movimento popular é produzida no âmbito das comunidades, de agrupamento social com identidades e interesses comuns. Todavia, no Brasil, o termo gera bastante controvérsia, já que o uso do termo “comunitário” acaba sendo distorcido quando é realmente levado para a prática.

É notório, como explicado em Orlando Berti (2009, 2014, 2017a e 2017b), que a comunidade não é estanque e que um dos principais pontos, como frisa Alain Bourdin (2011) está no local e no pertencimento. Mais do que morar, do que viver, é pertencer àquela comunidade. Por isso as rádios comunitárias não basta ser local, falar sobre o lugar em si e ter a aceitação pública, é necessário a participação ativa horizontal e democrática dos cidadãos.

No decorrer da pesquisa foi constatado através de relatos dos entrevistados que muitas das rádios que existiam no estado foram fechadas pela Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações – órgão do Governo Federal responsável por fiscalizar o funcionamento dessas emissoras, sendo legalizadas ou não.

De acordo com muitos dos relatos aferidos na pesquisa, a burocracia no processo para o Ministério das Comunicações (atualmente Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações) liberar a outorga para as rádios é bastante demorado, casos em Teresina como da rádio Verona e Utopia FM (ambas na zona sul da capital piauiense), pioneiras na cidade chegam a 22 anos em processo aguardando a legalização. Muito dos relatos entraram em consenso, principalmente quando os responsáveis de antigas rádios ou de rádios ainda existentes, falam sobre o

---

apadrinhamento político. Há um caso também emblemático na cidade de Picos, localizada a 307 quilômetros ao Sul de Teresina, no Sertão do estado, em que a Junco FM, emissora construída nas lutas populares do bairro Junco (zona Leste daquela cidade) e uma das primeiras dez rádios comunitárias do Piauí, nunca foi legalizada. A mesma encontra-se com as portas fechadas há mais de cinco anos depois de várias operações da Anatel, contando até com forte aparato policial.

O apadrinhamento político aqui mostrado na pesquisa trata-se de políticos que detêm de poder e exercem isso para agilizarem o processo da outorga, outro caso é quando o político detém o poder da rádio em si, passando apenas para algum “responsável” para não ter o nome envolvido, enquanto que na lei da Radiodifusão diz que isso não é permitido, meios de comunicação não devem ser usados para propagarem ou serem palco de um gerenciador. O artigo onze estabelece que não poderá manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais. Um fato interessante, notado na pesquisa e nas experiências com o movimento de rádios comunitárias no Piauí, é que as interferências político-partidárias para legalização das emissoras no estado passam por políticos das mais diferentes matizes políticas, sendo de direita ou esquerda.

Orlando Berti (2017a), trata sobre as rádios comunitárias continuarem sendo alvo de polêmicas, pois muitas das vezes são utilizados para continuar a hegemonia de outros meios de comunicação, ou para serem agremiações políticas partidárias ou religiosas notadamente católicas e evangélicas o que também foi constatado aqui.

Nas planilhas feitas é possível analisar três resultados: as cidades que responderam que há a presença das rádios comunitárias onde ao lado está inserida a palavra tem, as que deram o feedback, tem o questionário inserido em baixo, as que apenas confirmaram a existência, mas não deram maiores detalhes há apenas o contato do responsável e àquelas cidades que responderam a inexistência de rádios comunitárias está inserido as palavras: não tem, ainda há uma segunda posição dentro desta categoria, são as que não têm atualmente, mas já tiveram no passado, onde há a palavra desativada.

Grande parte da programação é de 24 horas, é utilizado o programa Zararádio, responsável por transmissões radiofônicas e um grande meio que ajuda na automação

das emissoras. Com a programação musical e quadros específicos, a maioria das rádios comunitárias tem programas católicos ou evangélicos. Quase sempre as outras religiões, que têm grande penetração social e, principalmente, nas periferias das cidades, não têm espaço nas rádios comunitárias, notadamente as religiões de matrizes africanas.

De acordo com a Associação de Rádios Comunitárias Piauiense há 1.238 rádios comunitárias no Piauí, dentre essas rádios há associações de rádios comunitárias, porém não há nada no ar, pois mesmo quando existiam no passado, por conta da “ilegalidade” tiveram equipamentos apreendidos pela Anatel e Polícia Federal. Estima-se que existam 650 rádios comunitárias no ar em todo o estado. Em Teresina há 16 rádios no ar, e mais de 82 associações.

A partir desses resultados é possível perceber que há um número expressivo de rádios intituladas como comunitárias, sendo legalizadas ou não no Piauí, porém, infelizmente por medo, muitos responsáveis preferiram não falar com a pesquisadora, ou não retornaram ao primeiro contato, outros, no entanto, deram detalhes de como o apadrinhamento político existe, há casos por exemplo, de rádios serem de ex-prefeitos e vereadores da cidade, os nomes não foram citados aqui, pois muitos “responsáveis” preferiram omitir o nome do político a qual pertencia a rádio, o que não é comum, principalmente nos interiores do estado.

### **Considerações**

As rádios comunitárias no Brasil são estudadas há anos, muito antes de existir a lei de Radiodifusão, também conhecida como lei das Rádios Comunitárias. No Piauí ao longo de inúmeras ligações, e-mails e mensagens via Whatsapp constatou-se a indignação dos parte da comunidade local de cada município a insatisfação principalmente nas cidades em que já tiveram, mas hoje não há a presença de algum meio de comunicação desse porte.

Relatos como “é importante que na nossa cidade haja uma rádio”, ou “sempre foi assim, a elite detém o poder, se você não tiver uma mãozinha para te ajudar, é assim, denunciam a rádio e ela deixa de funcionar”. Outro ponto bastante interessante foi a paixão que cada responsável e colaboradores expressava ao falarem do motivo de não terem desistido de continuar com a rádio comunitária, a maioria começaram ainda jovem no mundo radiofônico.

---

Ainda que boa parte tenha tido relatos envolvendo políticos ou programações religiosas, é importante ressaltar que esses dados refletem também no retrato de uma sociedade que ainda é movida pela política e pela religião, mantendo um hábito um tanto que arcaico, mas que se faz bastante presente na atualidade.

Dessa forma, fica aqui um registro para a contribuição expressiva no banco de dados sobre rádios comunitárias no Piauí, meio esse tão utilizado e escutado por milhares de piauienses. A comunidade mostrada e escutada, também relatou a participação dentro da programação, seja para fazer alguma denúncia, alguma sugestão, participar de certos programas ou simplesmente pedir música.

O público piauiense ainda é sim um ouvinte voraz do meio de comunicação radiofônico, o que quebra aquela teoria de que o rádio está sumindo, ou seria substituído pela TV, pelo contrário, na verdade, o rádio nunca esteve tão presente na sociedade piauiense.

Precisamos de mais emissoras e, principalmente, uma comunicação comunitária radiofônica mais inclusiva e mais própria da comunidade, mesmo as comunidades mudando tanto de estratos sociais na contemporaneidade.

## Referências

ANATEL – AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **Lista das rádios comunitárias autorizadas a funcionar no Piauí até o final de junho de 2019**. Disponível em: <<https://sistemas.anatel.gov.br/srd/Consultas/ConsultaGeral/TelaListagem.asp?nav=2&c=1&pref=>>>. Acesso em: 29.jun.2019.

BERTI, Orlando Maurício de Carvalho. BERTI, Orlando. **Fazer mídia sonora na região sertaneja brasileira. Ações, debates e reflexões após o 1º Encontro Regional de Rádios Comunitárias do Sertão do Piauí**. Curitiba: Universidade Positivo, Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2017a.

\_\_\_\_\_. **Os processos comunicacionais nas rádios comunitárias legalizadas do Sertão do Piauí**. (Dissertação de Mestrado). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Processos comunicacionais nas rádios comunitárias do sertão do nordeste brasileiro na internet**. (Tese de Doutorado). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. **Teorias da Comunicação Comunitária – faces e interfaces nas comunidades contemporâneas**. (Trabalho final de Pós-Doutorado). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2017b.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

---

BRASIL. **Lei 9.612/98** – Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9612.htm)>. Acesso em: 12.jun.2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados sobre o Piauí**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/.html>>. Acesso em: 20.jun.2019.

MCTIC – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO. **Rádio comunitária – apresentação**. Disponível em: <[www2.mcti.gov.br/index.php/espaco-do-radiodifusor/radio-comunitaria](http://www2.mcti.gov.br/index.php/espaco-do-radiodifusor/radio-comunitaria)>. Acesso em: 01.jun.2019.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares** – a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Maud, 1999.

VIGIL, José Ignácio Lopez. **Manual urgente para radialistas apaixonados**. São Paulo: Paulinas, 2003.